



PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 18.239.624/0001-21

Rua Minas Gerais, 62 - Vila Sônia - Telefax: (35) 3855-1166 - Telefone: (35) 3855-1162
CEP: 37235-000 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

LEI N.º 1.912/2011

**AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR
CONVÊNIO COM A APAE DE
COQUEIRAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE
COQUEIRAL, ESTADO DE MINAS
GERAIS, DECRETA E EU, PREFEITO
MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE
LEI:**

Art. 1º. Fica o Município de Coqueiral autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ n.º 25.660.440/0001-04, com sede na Rua José Feliciano Vilela, 150, Centro da cidade de Coqueiral, para cooperação mútua e fortalecimento técnico operacional destinado à assistência da saúde, conforme minuta anexa.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coqueiral, 28 de junho de 2011.

ROSSANO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 18.239.624/0001-21

Rua Minas Gerais, 62 - Vila Sônia - Telefax: (35) 3855-1166 - Telefone: (35) 3855-1162
CEP: 37235-000 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO N.º ____/2011

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COQUEIRAL,
ESTADO DE MINAS GERAIS E ASSOCIAÇÃO
DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS -
APAE, PARA O FIM NELE INDICADO.**

O **MUNICÍPIO DE COQUEIRAL**, Estado de Minas Gerais, CNPJ n.º 18.239.624/0001-21, com sede na Rua Minas Gerais, 62, Vila Sônia, desta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Rossano de Oliveira, CPF n.º 376.391.376-91 e RG M-1.725.785, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 23-A, Centro desta cidade, doravante denominado **CONCEDENTE** e a entidade **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**, CNPJ n.º 25.660.440/0001-04, com sede na Rua José Feliciano Vilela, 150, Centro da cidade de Coqueiral, CEP 37235-000, representada por seu Presidente Sr. José Márcio da Silva, CPF n.º 768.753.696-72, RG M-6.799.323 SSP-MG, residente e domiciliado no Sítio da Laranjeira, Zona Rural de Coqueiral-MG, doravante denominada **CONVENENTE**, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTACAO LEGAL

O presente Convênio é celebrado com base nos Artigos 34, V; 71, XXXII e 158, I e II da Lei Orgânica do Município de Coqueiral e Lei Municipal n.º ____/2011, de ____ de _____ de 2011, no mais que conste da legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a autorização de uso de veículo destinado à assistência de saúde, visando o fortalecimento técnico operacional do SUS-MG, na conformidade da execução do projeto conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA - METAS DE ATENDIMENTO

A CONVENENTE se obriga a cumprir as metas de atendimento indicadas no Cronograma de Execução constante do Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento independente de transcrição.

CLAUSULA QUARTA - DO VEÍCULO

A Concedente, por força deste Convênio, autorizará a Convenente a utilização do veículo Fiat/Uno Mille Way Econ., 2011/2011, Placa HLF-6050, cor prata, cód. RENAVAM 308108884.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONCEDENTE obrigar-se-á:

- 1) garantir a entrega do veículo mencionado na cláusula quarta;
- 2) exigir, por ocasião da assinatura deste com a Convenente, apresentação de Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e



PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.239.624/0001-21

Rua Minas Gerais, 62 – Vila Sônia – Telefax: (35) 3855-1166 – Telefone: (35) 3855-1162
CEP: 37235-000 – E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional – PFN, de Certidão Negativa de Débitos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Municipais, todas devidamente atualizadas;

3) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pelo CONVENENTE, zelando pelo cumprimento de todas as suas Cláusulas, através de procedimentos que visem o desenvolvimento técnico operacional;

4) fixar e dar ciência ao CONVENENTE dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do objeto deste Convênio, apoiando a execução dos mesmos e prestando a necessária assistência à Entidade CONVENENTE.

O CONVENENTE, por seu turno, obrigar-se-á:

1) sob a orientação da CONCEDENTE, gerenciar e coordenar as ações concernentes ao objeto do presente Instrumento;

2) apresentar Certidão Negativa de Débito – CND expedida pelo INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PFN, de Certidão Negativa de Débitos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Municipais, todas devidamente atualizadas, por ocasião da assinatura deste convênio;

4) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução deste Convênio, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, dentre outros, notadamente pelo pagamento de IPVA, seguro obrigatório, taxa de licenciamento, multas de trânsito, por ventura existentes.

5) manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Convênio, durante o prazo de 05 (cinco) anos;

6) propiciar aos técnicos credenciados pela CONCEDENTE todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução deste Convênio;

7) promover ações para evitar evasão dos beneficiários atendidos pelo Convênio;

8) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

9) adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução deste Convênio, zelando pelo funcionamento e manutenção do material permanente e das instalações físicas, não permitindo o uso indevido dos equipamentos por pessoas estranhas ao Programa e responsabilizando-se pela permanência dos mesmos no local;

10) faculdade de denunciar ou rescindir o Convênio a qualquer tempo quando imputado a responsabilidade das obrigações ao CONCEDENTE;

11) observar as determinações legais vigentes para execução do convênio;

12) restituir ao concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o veículo cedido.

CLAUSULA SEXTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A CONVENENTE deverá apresentar relatório de serviços e ocorrências inerentes ao objeto do presente convênio, semestralmente, em ofício a ser encaminhado ao Secretário de Saúde, explicitando no relatório o uso do veículo superficialmente, com intuito de demonstrar a utilização do mesmo no fortalecimento técnico operacional de atendimento ao SUS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.239.624/0001-21

Rua Minas Gerais, 62 - Vila Sônia - Telefax: (35) 3855-1166 - Telefone: (35) 3855-1162
CEP: 37235-000 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

6.2. A prestação de contas final será efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término de vigência do presente Convênio, devendo ser entregue uma via (original) à Concedente e uma via à Câmara Municipal, mediante recibo de protocolo.

6.3 Aprovada a prestação de contas, o responsável pelo acompanhamento da execução do Convênio providenciará o registro da aprovação da despesa atestando a regularidade da execução do Convênio.

CLAUSULA SÉTIMA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle de fiscalização sobre a execução deste Convênio, diretamente e através da Prefeitura Municipal de Coqueiral, que emitirá Parecer quando de alguma irregularidade, bem como de assumir ou transferir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação.

PARAGRAFO ÚNICO. Os membros do Controle Interno do Poder Executivo Municipal terão, a qualquer tempo e lugar, livre acesso a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLAUSULA OITAVA - VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência no período de junho de 2011 a novembro de 2012.

§ 1.º O Convênio poderá ser prorrogado, por termo aditivo, com as devidas justificativas circunstanciadas, mediante proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do seu término e desde que aceitas, mutuamente, pelos partícipes, dentro do prazo de vigência, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão.

§ 2.º O Termo de Convênio e os respectivos termos aditivos serão previamente examinados e aprovados pela Advocacia do Município.

CLAUSULA NONA - DENÚNCIA E RESCISÃO

Fica assegurado a cada uma das partes o direito de denunciar e rescindir o presente Convênio, unilateralmente por inadimplemento de pelo menos uma das Cláusulas que o torne material ou formalmente inexeqüível, ou por acordo dos partícipes, neste caso mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigorado o Convênio.

CLAUSULA DEZ - ALTERAÇÕES

Quando necessário, mediante justificativa prévia e anuência da CONCEDENTE, poderão as cláusulas deste Convênio, à exceção da que trata do objeto, serem aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes, passando os mesmos a fazerem parte integrante deste Instrumento, como um todo único e indivisível.

CLAUSULA ONZE - PUBLICAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 18.239.624/0001-21

Rua Minas Gerais, 62 - Vila Sônia - Telefax: (35) 3855-1166 - Telefone: (35) 3855-1162
CEP: 37235-000 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

Este Convênio será publicado em extrato, no Mural da Prefeitura e no Diário Oficial do Município, como condição de sua eficácia, providência esta a ser adotada pela CONCEDENTE, após a assinatura do presente instrumento.

CLAUSULA DOZE - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, é vedado no presente convênio:

12.2. O conveniente apresentará, quando solicitado, ao concedente, no término do convênio ou a qualquer momento, conforme recomende o convênio, relatório pertinente à execução do convênio, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, demonstrando, ainda, os indicadores de desempenho de qualidade, produtividade e social. Se a execução do objeto do convênio resultar em aquisição, produção, construção, manutenção ou reparo de bens, deverá ser anexada à prestação de contas fotografias dos referidos bens, que permitam a sua total visualização e identificação.

CLAUSULA TREZE - FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Boa Esperança-MG.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Coqueiral-MG, __ de ____ de 2011.

ROSSANO DE OLIVEIRA

CONCEDENTE

CPF: 376.391.376-91

Rua Minas Gerais, 23-A - Centro

JOSÉ MÁRCIO DA SILVA

CONVENENTE

CPF: 768.753.696-72

Sítio da Laranjeira - Zona Rural

ZACARIAS ABRÃO PIVA

Procurador Geral do Município

OAB-MG 94.066

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: